



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL  
 Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC

**PROJETO BÁSICO EMERGENCIAL****00060-00432236/2019-14****1. OBJETO**

Contratação **Emergencial** de empresa para prestação de serviço de **FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL TOTAL**, objetivando atender a demanda de Terapia Nutricional Parenteral (NPT) nas seguintes unidades hospitalares: HRSAM, HRC, HRBZ e HRGU, conforme as especificações deste Projeto Básico.

**1.1. DETALHAMENTO DAS OBJETO**

O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Projeto Básico e seus apêndices, a saber:

ITEM	CÓDIGO BR	TIPO DE BOLSA	UNIDADE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO TOTAL
1	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	756.505
2	295270	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>sem emulsão lipídica</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	6.039
3	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	650.696
4	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	152.690
5	295268	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, sem emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	4.924
6	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	mL	45.379
7	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	mL	76.446
8	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	mL	28.605
9	295269	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	mL	7.038
10	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter	mL	8.547

		outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.		
11	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	mL	636.707
12	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	mL	317.102
13	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	mL	3.000
14	295267	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	mL	3.000

As bolsas manipuladas deverão ser entregues conforme demanda oficializada pelas Farmácias Centrais dos Hospitais Regionais. **Havendo divergência entre a especificação constante no Projeto Básico e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Projeto Básico. As unidades de fornecimento e os quantitativos a serem fornecidas são os especificados no detalhamento.**

## 1.2. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

1.2.1. Fornecimento da nutrição parenteral total manipulada em atendimento a demanda dos pacientes internados impossibilitados de se alimentar por via oral, por meio de bolsas de NPT manipuladas contendo formulação medicamentosa nutricional termossensível, para uso em até 24 horas, com concentrações e volumes variados de substâncias padronizadas conforme Apêndice III, de acordo com a necessidade de pacientes (adultos, pediátricos e neonatais), de acordo com prescrição médica, demandados diariamente pelos hospitais HRSAM, HRC, HRBZ e HRGU;

1.2.2. A descrição completa do objeto está descrita em planilha de composição (item 1.1) acostada a este Projeto;

1.2.3. A prestação dos serviços deverá obedecer às normas técnicas exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, antiga Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e, sobretudo, a Portaria nº 272/MS/SNVS, de 8 de abril de 1998 que fixa os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral; e

1.2.4. Todo e qualquer serviço ou atividade que a empresa proponente empregue para o cumprimento do contrato a que for vencedor nesta licitação, ainda que não esteja especificado, deverá observar as normas vigentes, inclusive as normativas que regulamentam os serviços ou atividades efetivamente desempenhados, sejam estes de natureza ambiental, administrativa e civil. A não observância ou a não regularização, poderá ensejar a rescisão contratual e incidência das demais sanções.

## 2. JUSTIFICATIVA

### 2.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, que regulamenta as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública;

2.1.2. **Lei Distrital nº 6.112**, de 02 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal

2.1.3. **Decreto Federal nº 7.746**, de 5 de junho de 2012, estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

2.1.4. **Decreto Federal nº 9.178**, de 23 de outubro de 2017, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

2.1.5. **Decreto Distrital nº 39.978**, de 25 de julho de 2019, que dispõe sobre a execução indireta das atividades que especifica, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências;

2.1.6. **Decreto Distrital nº 36.520**, de 28 de maio de 2015, que estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal;

2.1.7. **Decreto Distrital nº 38.934** de 15 de março de 2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

2.1.8. **Decreto Distrital nº 39.103**, de 06 de junho de 2018, regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências;

2.1.9. **Portaria Ministério da Saúde nº 272**, de 8 de abril de 1998, Regulamento Técnico fixa os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral, do Ministério da Saúde, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

2.1.10. **Instrução Normativa nº 05**, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

## 2.2. MOTIVAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

2.2.1. A aquisição pretendida do produto, objeto deste Projeto Básico, visa ao abastecimento das unidades hospitalares: HRSAM, HRC, HRBZ e HRGU, por 180 (cento e oitenta) dias **improrrogáveis** ou até a conclusão do Processo Regular 00060-00057607/2020-08, o que ocorrer primeiro;

2.2.2. Atualmente, o fornecimento da Nutrição Parenteral para todos os hospitais da SES DF é terceirizado. No último processo regular para a contratação do serviço, os hospitais foram divididos em 4 lotes; no entanto, o lote 03, que contemplava os hospitais HRBZ, HRC, HRSAM e HRGU, do pregão PE nº 199/2016 restou fracassado; e

2.2.3. Com o objetivo de dar continuidade ao fornecimento de NPT aos hospitais HRBZ, HRC, HRSAM e HRGU, que atualmente encontram-se sem cobertura contratual, e tendo em vista a essencialidade do aporte nutricional adequado aos pacientes que não tem condições de se alimentar pelas vias normais, tais como neonatos, pacientes com má formação no trato gastrointestinal, pacientes pós-cirúrgico, pacientes em UTI, pacientes com câncer no TGI, dentre outras enfermidades que necessitam deste serviço, solicita-se abertura de um processo emergencial para contratação de empresa a fim fornecer as bolsas de NPT aos citados hospitais desassistidos.

## 2.3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.3.1. A Nutrição Parenteral Total (NPT) consiste em uma solução estéril de nutrientes, administrados por via venosa por meio de acesso central ou periférico. Este método de nutrição tem por objetivo fornecer os nutrientes necessários para atender a demanda nutricional de pacientes, quando esses apresentam seu trato gastrointestinal impossibilitado de receber alimentação e/ou nutrição enteral. Cabe ressaltar que estas impossibilidades de uso do trato gastrointestinal é uma das frequentes complicações que acometem os pacientes submetidos à terapia intensiva, de modo que a terapia de nutrição parenteral exerce um papel significativo na condição de saúde e na sobrevivência de pacientes. Desta forma, o fornecimento da Terapia de Nutrição Parenteral é imprescindível para estes pacientes e, portanto, deve ser ofertada na assistência à saúde aos pacientes no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

2.3.2. Segundo a Resolução nº 07 do Ministério da Saúde, de 24 de Fevereiro de 2010, que rege os requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva do Brasil, na Seção IV – Acesso a Recursos Assistenciais, é assegurado o acesso à assistência nutricional e a terapia nutricional conforme texto a seguir:

*“Artigo 18 - Devem ser garantidos, por meios próprios ou de terceirizados, os seguintes serviços à beira do leito:*

*§ I – Assistência Nutricional;*

*§ II - Terapia “Nutricional (enteral e Parenteral)”.*

2.3.3. Os estabelecimentos fabricantes e manipuladores de Nutrição Parenteral devem seguir as normas que regem o tema, em especial a Portaria nº 272/MS/SNVS, de 8 de abril de 1998, que aprova o regulamento técnico para a terapia de nutrição parenteral.

2.3.4. Ressalta-se que, por se tratar de preparação altamente nutritiva, a mistura para nutrição parenteral é extremamente suscetível à contaminação microbiana, de modo que as condições de preparo são preponderantes para a garantia da qualidade do produto final. Além disso, a adequação das condições de produção é uma necessidade amparada em normas. A inobservância destas normas constitui infração sanitária, conforme disposto no artigo 10, lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977:

*“Art. 10º - São infrações sanitárias:”*

*(...)*

*IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:*

*Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.*

*(...)*

*XXI - comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação:*

*Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.*

*Ainda é pertinente ressaltar que, uma vez tendo ciência da infração, a continuidade do ato lesivo constitui um agravante, conforme disposto no artigo 8º da mesma lei:*

*“Art. 8º São Circunstâncias agravantes”:*

*(...)*

*V – “se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo”*

2.3.5. Para assegurar o fornecimento de misturas de nutrição parenteral aos pacientes da SES/DF são possíveis três alternativas, a saber:

1. Misturas de nutrição parenteral industrializadas, disponíveis comercialmente prontas para o uso, portanto, com composição não personalizada conforme a demanda nutricional de cada paciente, podendo acarretar desperdícios;
2. Misturas manipuladas, cuja produção ocorre após prescrição da nutrição parenteral, de acordo com a necessidade nutricional do paciente, obtida por meio de contratação de empresa especializada e autorizada a produzir nutrição parenteral; e
3. Misturas manipuladas, cuja produção ocorre após prescrição da nutrição parenteral, de acordo com a necessidade nutricional do paciente, produzida em salas próprias nas unidades hospitalares da SES/DF, utilizando insumos, equipamentos e servidores desta Secretaria.

2.3.6. Em 2013, a SVS-DF realizou inspeções nas áreas de manipulação do HBDF, HRAN, HMIB e HRT e, em consequência, foram interditados o HBDF e HRAN. O HMIB e o HRT foram notificados, exigindo-se a realização de ajustes/reparos para adequação dos serviços. Além disso, em outubro de 2013, a empresa fabricante dos equipamentos misturadores das fórmulas de nutrição parenteral recolheu todos os equipamentos por determinação da ANVISA. Esses fatos somados culminaram na impossibilidade de a SES/DF realizar a manipulação da Nutrição Parenteral de forma própria.

2.3.7. Em 2016, o Tribunal de Contas do Distrito Federal encomendou à SES/DF o Estudo de Viabilidade Técnico Econômico para o fornecimento de bolsas de Nutrição Parenteral com o objetivo de avaliar a melhor forma de fornecimento das bolsas pela Secretaria. O estudo comparou 4 cenários distintos, sendo eles: manipulação total das bolsas pela SES/DF; terceirização total do serviço de manipulação; aquisição de bolsas prontas + manipulação das bolsas pediátricas e neonatais pela SES/DF; e aquisição de bolsas prontas + terceirização da manipulação das bolsas pediátricas e neonatais.

2.3.8. O Estudo concluiu que não há vantagem técnico-econômica para os dois últimos cenários (aquisição de bolsa pronta + manipulação das bolsas pediátricas e neonatais) e que o cenário de manipulação total pela SES/DF demonstrou ligeira vantagem econômica em relação à terceirização. Porém, ao longo do estudo não foi possível realizar o levantamento de todos os custos administrativos/processuais relacionados aos processos de aquisição dos insumos e dos

serviços necessários para manipulação de acordo com as exigências da Portaria MS/SNVS nº 272/1998, o que indica que a manipulação pela SES/DF fica mais cara do que a terceirização.

2.3.9. Além disso, foi realizada análise de risco entre os cenários 1 e 2. A análise de risco corresponde ao uso sistemático das informações disponíveis para determinar quão frequentemente eventos especificados podem ocorrer e a magnitude de suas consequências (positivas e negativas). Ou seja, a análise de risco visa entender a probabilidade de um evento acontecer e o impacto que isso trará se ele acontecer. Pode ser realizada qualitativa ou quantitativamente. A análise de risco realizada indicou que as questões de pessoal e do abastecimento regular de insumos (nível de risco extremo, com alta probabilidade de ocorrer) estão entre os principais fatores que podem conduzir as consequências negativas com a prestação do serviço de fornecimento de nutrição parenteral de forma própria pela SES/DF.

2.3.10. O Tribunal de Contas procedeu à análise do estudo de viabilidade e manifestou-se por meio da Decisão nº 07/2019, em 30/01/2019, recomendando que:

*"a) ao decidir sobre a maneira de suprimento dos serviços de nutrição parenteral, considere o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para Fornecimento da Nutrição Parenteral na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, bem com as ponderações constantes da Informação nº 55/2018-2ª Diacom."*

2.3.11. A Corte de Contas salienta que, considerando os resultados alcançados no estudo de viabilidade, não há obstáculo para que o gestor utilize o modelo atual de terceirização dos serviços de nutrição parenteral.

2.3.12. Importa salientar que o objeto deste Projeto Básico está inserido em processo regular 00060-00057607/2020-08, autuado dia 10/02/2020, e atualmente, encontrando-se na SES/SUAG/CEIC, está em fase processual de planejamento e confecção do Termo de Referência.

## 2.4. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.4.1. Conforme o Relatório do Estudo de Viabilidade Econômica, constante do processo regular nº 00060-00057607/2020-08, nos autos sob o ID: Estudo de Viabilidade (39238394), a alternativa de contratação mais vantajosa para a Administração Pública Distrital é a descrita no **Cenário 2**, qual seja: terceirização da manipulação e fornecimento de nutrição parenteral.

2.4.2. A despeito do Cenário 1 (manipulação e fornecimento de nutrição parenteral pela própria SES/DF) mostrar-se ligeiramente mais vantajoso financeiramente, ante à dificuldade de se mensurar tais valores, esse cenário não levou em consideração custos inerentes a essa modalidade, o que, a longo prazo, poder-se-ia demonstrar-se mais oneroso que a primeira opção (cenário 1).

2.4.3. Não obstante, faz-se necessário destacar pontos relevantes exaustivamente explicados e demonstrados no relatório, a saber:

- O valor de R\$ 0,30 [levantado através dos estudos] para manipulação própria é o custo mínimo estimado. Assim, por se tratar de valor mínimo, tal parâmetro está sujeito a uma alta probabilidade de alteração. [grifos CEIC];
- Como não foi possível quantificar... os custos com a manutenção corretiva dos equipamentos (exceto capelas de fluxo laminar), os custos administrativos/processuais dos serviços executados em nível central, os custos de manutenção predial, os custos de depreciação dos equipamentos e os custos com seguro dos carros que irão fazer o transporte da NP da central de manipulação aos hospitais da rede, o valor final do mL de nutrição parenteral manipulado na própria SES/DF será maior do que o aqui estimado;
- Considerando que o processo de manipulação própria envolve vários sub-processos, como padronização de itens, aquisição de insumos, materiais, equipamentos e mobiliários, contratação de serviços terceirizados e fiscalização dos contratos relacionados, o impacto dos custos administrativos/processuais destes sub-processos sobre o custo final do mL de NP será expressivo;
- Embora custos administrativos/processuais também existam para o cenário de terceirização, é importante destacar que neste cenário estes custos serão menores do que no cenário de manipulação própria. Isto ocorre, pois para a terceirização tramitará um único processo para contratação do serviço, enquanto para a manipulação própria existirão diversos processos atrelados, seja para aquisições, seja para a contratação dos serviços necessários. Além disso, enquanto para a terceirização um único processo poderá ser tramitado em um intervalo de até 5 anos, para a manipulação própria, as tramitações dos processos de aquisição ocorrerão com frequência no mínimo anual;
- Além dos custos não quantificados neste estudo, alguns custos estimados, como monitoramento ambiental e controle de qualidade também poderão sofrer alterações, de acordo com a frequência de realização da amostragem e número de pontos a serem amostrados, bem como de acordo com a necessidade de se realizar análises de contra-prova, aumentando o custo do mL manipulado pela SES/DF.

2.4.4. Ademais, ao considerarmos os valores anuais estimados para os dois cenários, nota-se uma diferença de R\$ 833.933,04 do segundo (cenário 2: R\$ 7.531.936,20) para o primeiro (cenário 1: R\$ 6.698.003,16), perfazendo, assim, uma diferença de 11,07%. No entanto, ao considerarmos o custo de implantação da central de manipulação para o primeiro cenário, haveria um acréscimo de aproximadamente R\$ 741.491,84, adotando-se uma posição conservadora, o que, em termos finais, resultaria numa diferença insubstancial de 1,23% do segundo para o primeiro, ficando, portanto, a cabo do gestor uma avaliação quanto à conveniência e oportunidade de cada uma das opções estudadas, considerando também a materialidade da diferença em termos absolutos.

2.4.5. Por fim, e por tudo exposto, verifica-se que o **cenário 2** (terceirização da manipulação e fornecimento de nutrição parenteral) é a que representa maior vantajosidade de contratação, uma vez que este apresenta menores tendências de alteração dos custos estimados e maior segurança quanto às superveniências futuras se comparado à primeira opção, cenário 1.

## 2.5. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

2.5.1. Os dados referentes aos consumos foram baseados em um estudo retrospectivo dos anos de 2018 e 2019. Para se obter o consumo anual de cada hospital por tipo e volume da bolsa foi realizado um somatório dos consumos mensais do ano de 2018 e do ano de 2019 com o intuito de obter o consumo anual dos respectivos anos. Depois realizamos uma média aritmética simples entre os consumos anuais de 2018 e 2019. Por Acrescentamos 25% considerando que pode haver um eventual aumento da demanda. Por fim, dividimos o consumo anual por dois para obtermos o consumo previsto para 6 (seis) meses. Para os hospitais que não consumiram algum tipo de bolsa no período analisado, foram adotados, por extrapolação, os menores valores de consumo de outros hospitais, como medida de segurança para garantir que caso haja demanda dessas bolsas, nenhum hospital fique impossibilitado de atender o paciente.

2.5.2. Os itens 13 e 14 foram incluídos neste Projeto Básico por solicitação da Pediatria para atender as crianças que necessitam desse tipo de nutrição. Os quantitativos foram baseados em dados fornecidos pela RTD de pediatria.

2.5.3. Ressalta-se que o consumo mensal estimado em mL (mililitros) é apenas um parâmetro para nortear o certame licitatório, no entanto, é um dado flutuante, que depende tanto da condição fisiológica dos pacientes internados na rede SES, fato que é imprevisível, quanto da especificidade do hospital.

2.5.4. Os valores foram arredondados para números inteiros para inserção dos dados no sistema Comprasnet.

## 2.6. JUSTIFICATIVA DE AGRUPAMENTO POR LOTE ÚNICO

2.6.1. Destarte, a impossibilidade de se adotar o critério de menor preço por item, comumente adotado para a aquisição de medicamentos, reside no fato de que a prescrição médica de NPT caracteriza situação ímpar na realidade de medicamentos em âmbito hospitalar: ela se dá de maneira individualizada, ou seja, cada paciente, tendo em vista sua condição clínica, evidenciada por exames laboratoriais, dentre outros critérios médicos, receberá prescrição de NPT com composição de nutrientes própria (individualizada) e modificada diariamente de acordo com a evolução clínica do paciente. Cada bolsa manipulada, portanto, tem como destino um paciente específico, sendo inviável definir, de antemão, a composição exata das bolsas que serão manipuladas ao longo da vigência do(s) contrato(s).

2.6.2. No mais, a utilização do critério de julgamento “menor preço por lote”, em detrimento da possibilidade do critério de julgamento “menor preço global”, está em consonância com os princípios administrativos da Economicidade/Parcelamento do objeto/Competitividade, conferindo à Administração Pública maior vantajosidade, na medida em que empresas de menor porte passam a ter maiores chances na competição, ao passo que preserva a economia de escala (quando comparado com o critério de julgamento por item).

2.6.3. Além disto, o serviço a ser contratado requer planejamento logístico minucioso por parte da licitante, pois, além de todo o serviço técnico complexo de preparo asséptico e manipulação de bolsas com conteúdo estéril, em ambiente totalmente controlado a fim de evitar contaminações e garantir a qualidade dos produtos ofertados, ainda há o serviço logístico, de recebimento de prescrições e entregas, que precisa ser passível de ser avaliado rigorosamente pela licitante quando da oferta de lances no Pregão.

2.6.4. O agrupamento dos itens de Nutrição Parenteral, de forma que apenas uma empresa seja contratada para operar dentro de um mesmo hospital é imprescindível e coaduna ao inciso 2, do art 8º, do Decreto nº 39.103, de 06 de junho de 2018, o qual prevê:

*“Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.*

*§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.”*

2.6.5. O objeto “fornecimento de NPT” é caracterizado por um todo, qual seja, o conjunto dos 14 itens possíveis de serem prescritos (de acordo com as necessidades nutricionais peculiares a cada paciente). Assim, a desagregação deste conjunto/complexo colocaria em risco a licitação, combinado com o fato de que é ineficiente e, muitas vezes, até inviável haver mais de uma empresa operando dentro de uma mesma unidade hospitalar, haja vista questões de logística e organização de cada hospital, que, se não observadas, **colocariam em risco a qualidade e a segurança** da prestação dos serviços, acarretando prejuízo à saúde dos pacientes.

2.6.6. Cabe esclarecer que a execução de um contrato de serviços ocorre em diversas etapas, sendo que a dedução do item do saldo da ata/contrato oficializa-se dias após o seu fornecimento: não há sistema informatizado que possibilite ocorrer de forma automática ou simultânea, já que não há sistema informatizado para a execução contratual (de nenhum contrato de serviços da SES).

2.6.7. A responsabilidade do médico é com a assistência ao paciente: sua atribuição neste processo é, após exames clínicos e laboratoriais, prescrever a composição nutricional adequada para atender às necessidades do paciente, de acordo com a evolução (positiva ou negativa) de seu quadro clínico. Assim, viabiliza-se uma rápida comunicação com a empresa contratada para que seja factível a manipulação, o transporte, o controle de qualidade, a entrega, a conferência, e a infusão em até 24 horas. A este profissional, cuja natureza do ofício é de caráter eminentemente assistencial, é inviável acompanhar diferentes contratos e seus respectivos saldos, o que seria necessário para escolher a qual empresa demandar determinado subitem, sob risco de a SES realizar equivocada execução de múltiplos contratos.

2.6.8. Da mesma forma, ocorre com toda a equipe de profissionais que, dentro do hospital, dedicam-se às diversas atividades assistenciais necessárias à preservação da saúde do paciente. Portanto, é inviável alterar a rotina hospitalar e impor a toda a equipe envolvida a presença de mais de uma empresa prestadora deste complexo serviço.

2.6.9. Cabe esclarecer que, conforme legislação vigente, a fiscalização do contrato, em cada um dos hospitais, fica a cargo de dois profissionais, um executor local e seu substituto, devidamente designados, os quais cuidam de, dentre outras atividades e intercorrências, conferir e encaminhar as notas fiscais à administração central da SES-DF. Centralmente, a fiscalização do contrato envolve os gestores/executoras centrais nomeados, bem como a Diretoria de Contrato.

2.6.10. Foi instituído lote único, conforme opinativo do Parecer nº 82/2016 PRCON/PGDF (disponível <http://parecer.pg.df.gov.br/arquivo/PRCON/2016/PRCON.0082.2016.pdf>), segundo o qual, o agrupamento dos itens da NPT (em detrimento da possibilidade do critério de julgamento “menor preço global”) está em consonância com os princípios administrativos da economicidade/fracionamento do objeto, como propensores do aumento da competitividade e, ao mesmo tempo, da economia de escala (e consequentemente de maior vantajosidade à Administração). Destacamos o seguinte trecho do parecer:

*“Recomenda-se que o órgão consulente verifique novamente quanto à viabilidade técnica e econômica de fracionamento do objeto - em LOTES por HOSPITAL ou Grupos de Hospitais, com vistas ao cumprimento do Princípio da Economicidade, segundo o qual o Administrador Público tem o dever de gerir os recursos financeiros da maneira mais razoável, de forma que não provoque prejuízos injustificáveis ao erário público, bem como para ampliar o caráter competitivo do certame em face da grande dimensão do objeto dessa licitação. Observa-se que no item 5-TR há manifestação favorável ao não fracionamento do objeto, informando que o critério de julgamento será o menor PREÇO GLOBAL em razão de alegarem que não seria possível leiloar separadamente os ITENS por se tratar de bolsas de NPT manipuladas - formulação medicamentosa nutricional termossensível, para uso em 24 horas, contendo concentrações e volumes variados de substâncias padronizadas e comumente utilizadas para esse fim, de acordo com a necessidade de pacientes (adultos, pediátricos e neonatais) conforme prescrição médica, demandados diariamente pelos hospitais da rede SES”*

2.6.11. A impossibilidade de se definir um lote para cada um dos quatro hospitais separadamente reside no risco de não haver licitante interessada em ofertar lances para os hospitais menores, que têm menor consumo, especialmente quando localizados em áreas distantes de grandes centros, a exemplo do Hospital Regional de Brazlândia. Caso estes hospitais estivessem em lotes isolados, haveria o perigo real de as licitantes não encontrarem vantagens econômicas em atendê-los, colocando em risco o fornecimento de NPT aos pacientes internados nestes nosocômios.

2.6.12. No último processo regular para a contratação do serviço os hospitais foram divididos em 4 lotes e o lote 03 do pregão PE nº 199/2016 que contemplava os hospitais HRBZ, HRC, HRSAM e HRGU fracassou. Com o objetivo de dar continuidade ao fornecimento de NPT aos hospitais HRBZ, HRC, HRSAM e HRGU, que atualmente encontram-se sem cobertura contratual, optou-se por manter esses hospitais em um único lote, já que os consumos são equivalentes aos demais lotes, a localização geográfica é favorável, além da regionalização por Superintendências estabelecida pelo Decreto 37.057, de 14 de janeiro de 2016, o qual determinou o novo organograma da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

2.6.13.

### 3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O serviço a ser contratado trata-se de aquisição por DISPENSA DE LICITAÇÃO enquadrando-se no exposto na Lei 8.666/93 em seu art. 24, Inciso IV.

3.2. Cumpre salientar que, a contratação emergencial possui respaldo no **Inc. IV do art. 24, c/c o disposto no art. 26 da Lei 8.666/93** devido à impossibilidade de interrupção dos serviços e pelo fato da contratação ser efetuada por **180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis** ou até a conclusão do Processo Regular 0060-007402/2015, o que ocorrer primeiro.

3.3. Conforme Instrução Normativa 5, de 25 de maio de 2017, em seu art. 14:

*"Art. 14. Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.*

*Parágrafo único. Independentemente de sua complexidade, os serviços podem ser enquadrados na condição de serviços comuns, desde que atendam aos requisitos dispostos no caput deste artigo."*

#### 4. **DA NÃO FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

É vedada a participação de consórcio, uma vez que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou vulto. Tal vedação corre ao encontro do entendimento de que o objeto do presente instrumento pode ser executado por apenas uma empresa, a qual detenha as condições técnicas mínimas já apresentadas.

#### 5. **SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto deste Projeto Básico. Tal vedação corre ao encontro do entendimento de que o objeto do presente instrumento pode ser executado por apenas uma empresa, a qual detenha as condições técnicas mínimas já apresentadas.

#### 6. **DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

Em virtude do disposto no Art. 49, IV, da Lei Complementar 123, de 2006, combinado com o Art. 24, IV, da Lei 8.666 de 1993 não será oferecido tratamento diferenciado para ME/EPP.

#### 7. **PLANO ESTRATÉGICO DF - 2020-2023**

7.1. O objeto desta contratação foi realizado em conformidade com o Plano estratégico do Distrito Federal 2020-2023, nos seguintes eixos estratégicos:

##### 7.1.1. **DO ALINHAMENTO COM PLANO ESTRATÉGICO 2020-2023**

7.1.1.1. OE 1.3.9. - Oferecer assistência de qualidade e segurança do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;

7.1.1.2. OE 2.6.15 - Prover insumos de saúde com qualidade, em quantidade adequada, no tempo correto e com a melhor relação custo-efetividade.

##### 7.1.2. **DOS BENEFÍCIOS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

7.1.2.1. Fornecimento de Nutrição Parenteral Total aos pacientes que necessitam.

#### 8. **VISTORIA**

8.1. As Licitantes poderão vistoriar os locais e instalações onde os serviços serão prestados, de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços, emitindo, consequentemente:

8.1.1. **Declaração de Vistoria – APÊNDICE IV**, caso tenha efetuado a vistoria, consentindo, dessa forma, de que ela tomou conhecimento de todas as características e peculiaridades para a consecução do serviço; ou

8.1.2. **Declaração de Desistência de Visita Técnica - APÊNDICE V**, caso a licitante opte por não realizar vistoria.

8.2. O início da vistoria deverá ocorrer dentro das seguintes condições:

8.2.1. A vistoria deverá ser realizada em até 2 (dois) dias úteis antes do fim do prazo definido para a Entrega das Propostas;

8.2.2. A vistoria, deverá ser efetuada no horário das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio na Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF, ou ainda por intermédio dos endereços de correio eletrônico: gfae.saude.df@gmail.com e diasfses@gmail.com ou pelo telefone: (061) 2017- 1145 - Ramal: 1073;

8.2.3. O representante deverá assinar lista de presença, registrando-se civilmente. A hora de chegada para a vistoria e seu respectivo término será registrada pela SES/DF;

8.2.4. O representante deverá deixar cópia autenticada de documento que comprove seu vínculo jurídico com a Licitante;

8.2.5. Ao final da vistoria a SES/DF emitirá Termo em favor da Licitante, circunstanciando o atendimento desta exigência. Este Termo deve ser apresentado na habilitação da Licitante, no momento em que for exigido. O custo da vistoria é por conta e risco da Licitante, incluindo seus deslocamentos em veículo próprio aos locais vistoriados;

8.2.6. Caso a Licitante não visite os locais, deverá apresentar declaração que não realizou as vistorias, conforme Declaração de Desistência de Visita Técnica – APÊNDICE V, assumindo a completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características, condições e locais do serviço, não podendo, por seu turno, eximir-se das obrigações ora assumidas, cobrar valores à parte ou solicitar alteração do contrato, que possa eventualmente onerar os custos da execução.

#### 9. **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

9.1. Justificativa para a adoção do IMR: todos os serviços contratados devem ser executados nos moldes das regras previstas no instrumento convocatório, proposta, contrato e legislação regente, conforme estabelecido no artigo 67, da Lei 8666/93. Havendo falhas na execução dos serviços (inadimplemento), seja parcial ou total, devem ser aplicadas as sanções previstas em lei, inclusive com possibilidade de rescisão contratual, em casos mais extremos;

9.2. No caso de alguns tipos de serviços, mesmo não havendo inadimplemento na execução, não se mostra adequado que o pagamento seja realizado na sua totalidade quando o serviço não é prestado com o nível de qualidade previsto. Ou seja, o serviço é prestado, mas ao aferir o resultado, a Administração constata um nível de qualidade na prestação menor que o esperado;

9.3. O pagamento deve ser feito com base nesta análise e, caso a contratada incorra em nível inaceitável na prestação dos serviços, além de ter o pagamento redimensionado, será punida pelas sanções previstas conforme pontuação de inadimplemento;

9.4. A tabela de IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulam a melhoria constante dos serviços prestados;

- 9.5. A fiscalização do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme tabela abaixo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
- 9.5.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, ou em desacordo com as normas, as atividades contratadas; ou
- 9.5.2. Deixar de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade, quantidade inferior à demandada ou em desacordo com as normas.
- 9.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;
- 9.7. Durante a execução do objeto, o fiscal/gestor designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas, estipulando prazos razoáveis para tanto, mediante notificação escrita;
- 9.8. O fiscal/gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 9.9. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;
- 9.10. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 9.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no Contrato;
- 9.12. O fiscal/gestor deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 9.13. Para efeito de recebimento definitivo, os fiscais do contrato deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos na TABELA IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.14. A avaliação da qualidade do serviço será realizada de maneira periódica e observando o seguinte critério de:
- 9.14.1. **CONFORMIDADE (C)** - Quando o item estiver em conformidade com as cláusulas contratuais e legislações vigentes;
- 9.14.2. **NÃO CONFORMIDADE (NC)** - Quando o item não estiver em conformidade com as cláusulas contratuais e legislações vigentes;
- 9.15. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, será utilizado a opção **“Não se Aplica”**;
- 9.16. Quando encontrado qualquer irregularidade na execução do Contrato, o responsável pela execução na Unidade deverá realizar reunião com a Contratada visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados no período de avaliação.
- 9.17. A Contratante poderá aplicar à Contratada as sanções administrativas de advertência por escrito e multa.
- 9.18. A advertência por escrito será feita na ocorrência de não conformidade em 2 (duas) avaliações consecutivas ou em 3 (três) avaliações alternadas, para o mesmo item, no período de 12 (doze) meses. Após a advertência, a contratada terá 5 (cinco) dias úteis para manifestação e/ou realização das adequações necessárias, sob pena de abertura de processo de penalidade (multa). Em caso de impossibilidade de adequação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a empresa deverá apresentar por escrito as devidas justificativas.
- 9.19. A abertura de processo de penalidade (multa) será aplicada, após a advertência por escrito, na ocorrência de não resolução da inconformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou no prazo deliberado com executor do contrato;
- 9.20. As penalidades de advertências e multa poderão ser aplicadas concomitantemente, sendo facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penalidades no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação.
- 9.21. Para efeitos de multa, quando se aplicar, deverá ser seguida a classificação a seguir por nível de severidade bem como o percentual de penalidade a ser aplicado, indicado no quadro logo abaixo:
- I - **Leves**, aquelas não conformidades em que a empresa seja beneficiada por circunstância atenuante;
- II - **Graves**, aquelas não conformidades em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - **Gravíssimas**, aquelas não conformidades em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes;

NÍVEL DE SEVERIDADE	VALOR PERCENTUAL DA PENALIDADE A SER APLICADA (*)
Leve	0,05 a 0,50%
Grave	0,50 a 1,00%
Gravíssima	1,00 a 2,00%

**\* A ser aplicado sobre o valor da fatura da Unidade.**

- 9.22. Ou seja, os percentuais mínimos de cada nível de severidade serão aplicados na primeira incidência e vai aumentando em múltiplos de 0,05% em cada reincidência específica da não conformidade.
- 9.23. Assim, para a imposição da sua graduação, o executor do contrato levará em conta:
- 9.23.1. As circunstâncias atenuantes e agravantes;
- 9.23.2. A gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde do público alvo do contrato.
- 9.24. São circunstâncias **atenuantes**:
- 9.24.1. A ação da contratada não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- 9.24.2. A contratada, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências da não conformidade;

- 9.24.3. A não conformidade não é prejudicial ao fornecimento adequado das refeições.
- 9.25. São circunstâncias **agravantes**:
- 9.25.1. Ter a contratante cometido a não conformidade para obter vantagem pecuniária;
- 9.25.2. Ter a não conformidade consequências calamitosas à saúde do público alvo;
- 9.25.3. Se, tendo conhecimento do ato lesivo causado à saúde do público alvo, a contratada deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- 9.25.4. A contratante ter agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má-fé.
- 9.26. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da multa será considerada em razão das que sejam preponderantes.
- 9.27. As avaliações de conformidade e não conformidade deverão ser preenchidas conforme quadro abaixo:

CLÁUSULA INFRINGIDA OU IRREGULARIDADE CONSTATADA	CONFORME (C)	NÃO CONFORME (NC)
Serviço prestado fora do prazo estabelecido no cronograma de atendimento da demanda.		
Serviço não prestado por outros motivos.		
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.		
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento da ordens de serviços e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório.		
Deixar de apresentar documento contratual exigido quando solicitado ou recusar/retardar a prestação de informação que foi solicitada, inclusive nos casos de respostas a notificação/intimação, por evento;		
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência;		
Deixar de cumprir quaisquer dos demais itens ou obrigações do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela por item e por ocorrência, inclusive os previstos no PB;		
Deixar de manter os requisitos de habilitação durante a vigência do contrato, por mês de descumprimento;		
Realização de treinamento adequado às necessidades do serviço		

**\* As penalidades previstas não impedem outras sanções advindas de lei aplicável aos contratos administrativos, Lei 8.666/93 e Decreto 26.851/2006, e alterações.**

#### 10. PRAZO DE ENTREGA

- 10.1. A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do Contrato pela empresa vencedora do certame; e
- 10.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo citado para iniciar a prestação de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, por escrito ao Executor do Contrato, cabendo a este a concordância ou não. No caso de concordância, será estabelecido um novo prazo.

#### 11. LOCAL DE ENTREGA

- 11.1. As bolsas manipuladas deverão ser entregues conforme demanda oficializada pelas Farmácias Centrais dos Hospitais Regionais, conforme obrigações explicitadas nos itens 12 e 29 deste PB, nos seguintes endereços:

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Hospital Regional de Brazlândia - HRBZ	Área Especial nº 6 - Setor Tradicional - CEP: 72.720-901	(61) 3479-1758 / 9642
Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 17 Área Especial 01 – 72 215-170 - Ceilândia DF – CEP: 72.215-170	(61) 3471-9000
Hospital Regional do Guará - HRGu	Área Especial – QI O6 Lote “C” – Guará I - CEP: 71.010-006	(61) 3353-1456
Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conj. C Lote 01/02 Samambaia Norte - CEP 72322-583	(61) 3458-9849 / 3458-9872

- 11.2. O horário de entrega até às 19h00, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

#### 12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 12.0.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 dias, a contar da data da apresentação, parecer nº 16/2015 – PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;
- 12.0.2. Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos ao serviço, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;
- 12.0.3. A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 12.0.4. Os produtos da proposta deverão ter "compatibilidade de especificação técnica e de desempenho", conforme estabelecida no art. 15, inc. I, da Lei 8.666/93;



- 12.0.5. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;
- 12.0.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Projeto, que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 12.0.7. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Projeto Básico;
- 12.0.8. A proposta da empresa deve estar em **papel timbrado**, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo descrição clara e detalhada do registro do produto junto à ANVISA, bem como seus respectivos preços, inclusive todas as despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Certame;
- 12.0.9. Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser original ou cópia autenticada e não será aceita documentação vencida;
- 12.0.10. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;
- 12.0.11. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;
- 12.0.12. A proposta deverá trazer o preço individualizado de cada item por mililitro (mL) de acordo com o ITEM 1.1 deste Projeto. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, mão-de-obra, gastos com insumos, controle de qualidade e frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura sejam necessários à perfeita execução do objeto desta contratação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada;
- 12.0.13. A empresa poderá apresentar quaisquer outras informações afins que julgar imprescindíveis para a correta análise da proposta;

### 13. REQUISITOS MÍNIMOS DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

#### 13.1. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 13.1.1. A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de cálculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado, **APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA**;
- 13.1.2. A empresa proponente deverá apresentar descrição detalhada do serviço ofertado e anexar o respectivo escopo de suas soluções;
- 13.1.3. Os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;
- 13.1.4. Os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços;
- 13.1.5. Declaração de que a empresa participante possuirá em seu quadro permanente, na data da contratação:
- 13.1.5.1. Responsável Técnico devidamente registrado no Conselho da Classe Profissional que regula a atividade;
- 13.1.5.2. Certificado de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Farmácia, em plena validade;
- 13.1.5.3. Manual de Boas Práticas de Preparação de Nutrição Parenteral Total Manipulada – conforme Portaria n. 272/MS/SNVS de 8 de abril de 1998;
- 13.1.6. A empresa deverá declarar que tem capacidade para atender a demanda da SES/DF e estudo de validação do transporte de Nutrição Parenteral manipulada para atender às condições estabelecidas no item 4.5.5 da 272/MS/SNVS, de 8 de abril de 1998 – Anexo II – Conservação e transporte e ter asseguradas condições exigidas mediante verificações e monitoração, devidamente registradas. Devendo comprová-la no momento da assinatura do contrato;
- 13.1.7. A empresa poderá apresentar quaisquer outras informações afins que julgar imprescindíveis para a correta análise da proposta.
- 13.1.8. Declaração contendo a indicação de que, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato, possuirá aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, conforme disposto no inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93;
- 13.1.9. Declaração de que a empresa participante possuirá e apresentará, na data da contratação: Programa de Integridade, conforme Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018.

#### 13.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 13.2.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, podendo ser solicitado novamente no momento da assinatura do Contrato;
- 13.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa prestou ou presta o serviço objeto deste Termo de Referência, compatível em características e em quantidade equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo total do(s) lote(s) a que estiver concorrendo;
- 13.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente
- 13.2.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN 05/2017 SEGES/MPDG;
- 13.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do anexo VII-A da IN 05/2017 SEGES/MPDG;
- 13.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do anexo VII-A da IN 05/2017 SEGES/MPDG.
- 13.2.7. Certidão de Regularidade Técnica vigente expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado onde se situar a empresa vencedora, conforme Resolução CFF nº 577/2013;

#### 13.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 13.3.1. A habilitação jurídica será verificada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 13.3.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

- 13.3.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 13.3.4. Considerando o art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).
- 13.3.5. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.);
- 13.3.6. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estadual/Municipal, ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado/Município, ou outro meio equivalente admitido por lei;
- 13.3.7. As empresas proponentes deverão apresentar declaração de que não utilizam mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizam, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93;
- 13.3.8. A comprovação do vínculo desses Profissionais será realizada no momento da celebração do contrato por meio da apresentação do Contrato de trabalho (que deverá ser comprovado por meio de Ficha de Registros de Empregados e/ou CTPS e/ou de Contrato de Prestação de Serviços em caráter permanente), não sendo admitido profissional em fase e/ou Contrato de experiência e/ou Contrato temporário. Caso o profissional seja sócio ou proprietário da empresa participante, a comprovação será mediante a apresentação do Estatuto ou Contrato Social registrado perante a Junta Comercial;
- 13.3.9. Declaração contendo a indicação de que, no momento da assinatura do Contrato, possuirá aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível no Distrito Federal para a realização do objeto da licitação, conforme disposto no inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93.
- 13.3.10. Deve apresentar a Declaração de Indicação dos Responsáveis Técnicos da empresa participante, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e preenchida com os dados dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços objeto da presente licitação, registrados perante entidade competente.

#### 13.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 13.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados;
- 13.4.2. Em se tratando de Sociedade Anônima, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado;
- 13.4.3. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- 13.4.4. O Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor do lote participante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- 13.4.5. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- 13.4.6. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do lote participante, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- 13.4.7. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E (da IN 05/2017) de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:
- 13.4.8. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 13.4.9. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 13.4.10. Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

#### 13.5. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.5.1. Serão desclassificadas as propostas que:

1. Contenham vícios ou ilegalidades;
2. Não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;
3. Apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pela contratante no ato convocatório;
4. Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;

5. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada.

14. **PARECERISTAS**

Servidores habilitados Rede SES/DF, com conhecimento técnico do equipamento, a serem indicados pela Gerência de Assistência Farmacêutica Especializada (SES/SAIS/CATES/DIASF/**GAFAE**), totalizando no mínimo 2 (dois) pareceristas.

15. **VALOR ESTIMADO**

15.1. A estimativa de preços será realizada com base nos parâmetros definidos no Decreto Distrital nº 39.453/2018 e será realizado pela Gerência de Pesquisa de Preços da Diretoria de Instrução para Aquisições - GEPP/DIAQ/ SUAG/SUAG/SES na próxima etapa de planejamento de contratação.

15.2. Os preços de cada item do item 1.1 deverão ser apresentados em mililitro (mL), expresso de forma clara e direta, sem necessitar cálculos;

15.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, gastos com insumos e frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura seja necessário à perfeita execução do objeto desta contratação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

16. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. Poderão ser utilizados recursos destinados nos seguintes programas de trabalho:

16.1.1. Programa de trabalho: 10.302.6202.4215.0001 - Desenvolvimento das Ações de Assistência Farmacêutica-SES-DF; e

16.1.2. Fonte de Recursos: 138 e/ou 100.

17. **NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Conforme a **Lei nº 9.782/99**, a **Lei nº 6.437/1977**, e suas atualizações e, em atendimento as **Decisões nos 219/2016, 2731/2015 e 3401/2015** do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas vencedoras deverão apresentar os documentos, nos seguintes termos:

a) **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) - destacando a empresa - ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

I - A Licença deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados e Municípios em que os órgãos competentes não estabeleçam validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

II - Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação;

a) **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária)** Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

b) Declaração de que atende aos dispositivos da Portaria nº 272/MS/SNVS de 8 de abril de 1998, ficando resguardado o direito de ser enviado servidores técnicos desta SES/DF, in loco, para conferência dos registros exigidos na Portaria acima citada, bem como das instalações físicas da indústria de manipulação; e

c) Certificação das áreas de manipulação que comprovem a validação e monitoramento das mesmas, para assegurar as recomendações estabelecidas no item 4.2.2.2 da Portaria n. 272/MS/SNVS de 8 de abril de 1998.

18. **FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da PROPONENTE vencedora;

18.1. **VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, IMPRORROGÁVEIS, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Inciso IV, Art. 24 da Lei 8666/93, ou até a conclusão do Processo Regular 0060-007402/2015, o que ocorrer primeiro.

18.2. **EXECUTOR DO CONTRATO E SEU SUBSTITUTO**

18.2.1. O executor central do contrato será definido pela Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIASF e os executores regionais serão definidos pela pelas diretorias administrativas de cada hospital. Caberão a estes executores as atribuições contidas no Decreto 32.598/2010.

18.2.2. Cabe também aos Executores anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

19. **MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contratual será realizada por Executores/Gestores e Fiscais do Contrato.

20. **REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei 8.666/93 - Art. 6º, VIII, B, empreitada por preço unitário (de cada lote) - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

21. **MODELO DE EXECUÇÃO**

21.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das demandas da SES/DF, no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

21.1.1. Realizar a convocação da Contratada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da Contratante, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados;

21.1.2. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;

21.1.3. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais;

21.1.4. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de controle de qualidade vigente na Instituição;

21.1.5. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

## 22. GARANTIA DO CONTRATO

22.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei 8.666/93.

22.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- 22.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 22.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 22.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- 22.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## 23. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento;
- Ofícios;
- Relatórios;
- E-mail;
- Demais termos previstos no instrumento convocatório.

## 24. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

24.1. Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho, fiscal, comercial e outras correlatas, a qual se obriga a saldar na época devida.

24.2. A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Projeto Básico, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações ou fora da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

24.3. A prestação dos serviços de que trata este Projeto Básico e seus APÊNDICES não geram vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

## 25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira;

25.2. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor;

25.3. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao mês da prestação do serviço, que deverá ser entregue à SES/SUAG/DACC/GACFA, juntamente com a **relação dos pacientes atendidos e as respectivas quantidades/tipo de alimentação/dieta parenteral consumidas no período** referentes à prestação de serviço;

25.4. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês da prestação de serviços;

25.5. Nenhum pagamento será efetuado à prestadora de serviço enquanto pendente de liquidação, ou de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

25.6. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da Contratante for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;

25.7. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

## 26. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

26.1. A contratada deverá iniciar o fornecimento das bolsas de NPT manipuladas em até 10 dias após a assinatura do contrato;

26.2. Caso a empresa esteja apta a fornecer as bolsas de NPT manipuladas em data inferior aos 10 dias após a assinatura do contrato, deverá comunicar oficialmente esta SES para antecipação das medidas necessárias quanto à orientação dos serviços envolvidos;

## 27. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Como forma de garantir a continuidade dos serviços prestados à SES e plena transição contratual, a CONTRATADA, obriga-se a manter e executar os serviços em regime de parceria com sua eventual sucessora, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do término da vigência do contrato, mantendo a prestação do serviço até a completa implementação do serviço por sua sucessora.

## 28. RESCISÃO CONTRATUAL

28.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei 8.666, de 1993;

28.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados;

28.3. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## 29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. Comunicar a empresa vencedora do certame, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material objeto deste Projeto Básico;

29.2. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

29.3. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, os insumos objeto deste Projeto Básico que a empresa contratada entregar fora das especificações exigidas;

29.4. Fornecer e colocar à disposição da empresa contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;

29.5. Nomear os executores do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato, conforme disposto Art. 41 da IN 05/2017;

29.6. As unidades hospitalares demandantes deverão encaminhar à contratada, em sistema disponibilizado pela CONTRATADA, até às 11 (onze) horas, cópia das prescrições das nutrições parenterais para manipulação que deverá ser fornecida pela contratada até às 19 (dezenove) horas do mesmo dia;

29.7. A prescrição médica deverá conter, no mínimo:

- Nome Completo do Paciente;
- Número Cartão Nacional de Saúde - CNS do Paciente;
- Data e Hora da Prescrição;
- Nome do Hospital;
- Clínica de Internação;
- Número do Leito;
- Composição da Bolsa;
- Posologia;
- Nome do Prescritor com CRM;

29.8. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos materiais;

29.9. Definir o local de entrega dos materiais;

29.10. Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto;

29.11. Compete à Unidade Hospitalar beneficiada indicar, prescrever e administrar a solução de Nutrição Parenteral Total – NPT- Manipulada;

29.12. O Núcleo de Farmácia da Unidade Hospitalar é o responsável pela solicitação, recepção, acondicionamento e distribuição da Nutrição Parenteral Total Manipulada;

29.13. A Comissão de Nutrição Parenteral e Enteral dos Hospitais Regionais deverá informar à Contratada e à Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, por escrito, toda e qualquer eventual irregularidade que seja constatada, sendo que, neste caso, o documento deverá estar cientificado pelo responsável da respectiva Unidade Hospitalar beneficiada;

29.14. O fornecimento de Nutrição Parenteral será conforme solicitação da Unidade, já que depende do tipo de paciente que será recebido nos Hospitais Regionais, portanto, a quantidade estimada está sujeita a alteração, sendo faturado o efetivamente entregue e atestado pela respectiva Unidade Hospitalar;

29.15. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto manipulado que a empresa vencedora entregar fora das especificações deste Projeto Básico;

29.16. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Projeto Básico;

29.17. Cumprir com o disposto na Lei 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei 6176, de 16 de julho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;

29.18. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

29.19. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.

## 30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1. Efetuar a entrega das bolsas manipuladas de acordo com a especificação e demais condições previstas neste Projeto Básico;

30.2. Disponibilizar o fornecimento de fórmulas de NPT manipulada de acordo com a prescrição médica, a partir das solicitações das Unidades Hospitalares, diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

30.3. A contratada deverá **receber as demandas até às 11 (onze) horas e as nutrições parenterais manipuladas deverão ser entregues nos respectivos hospitais solicitantes até às 19 (dezenove) horas do mesmo dia**; o cumprimento desse horário faz-se necessário para que os pacientes possam receber a nutrição conforme a demanda nutricional diária, especialmente os pacientes neonatos que requerem rápido aporte nutricional para garantir sua saúde e sobrevivência. Ademais, esse é o limite de horário que a maioria dos hospitais da SES/DF pode receber as bolsas de nutrição parenteral devido à necessidade de atesto e conferência pelo farmacêutico;

30.4. A NPT manipulada será entregue em embalagem térmica, fechada, com lacre de segurança e deverá apresentar rótulo identificando os seguintes itens:

- Nome do hospital,
- Nome do paciente,
- Clínica de internação,
- Número do leito,
- Composição da bolsa,
- Posologia,
- Data de fabricação,
- Período de validade;
- Farmacêutico responsável;

30.5. As solicitações que alude o inciso anterior deverão ser encaminhadas via sistema próprio da contratada, arcando a contratada com todos os ônus decorrentes da implementação;

30.6. Realizar treinamento do sistema próprio da contratada de prescrição médica da Nutrição Parenteral Total para todos os envolvidos no serviço de Nutrição Parenteral Total de todos os hospitais;

30.7. Disponibilizar, sempre que solicitado, o banco de dados do sistema de prescrição médica da NPT, em formato .xls e .csv;

30.8. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à SES/DF, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 12 (doze) horas, após a comunicação da SES/DF, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, que venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;

30.9. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, a fim de assegurar manutenção da qualidade dos produtos transportados. Isto é, realizar o transporte das nutrições parenterais manipuladas, devidamente acondicionadas em recipiente térmico com dispositivo conservador de temperatura (gelo rígido ou termogel), para garantir a temperatura de 2° a 20°C, durante o tempo de transporte, além de protegidas de intempéries e da incidência direta da luz solar, sob a responsabilidade direta do farmacêutico, devendo ser realizada, obrigatoriamente, na farmácia habilitada para este fim e de acordo com as recomendações das BPPNP, conforme anexo II da Portaria 272, de 8 de abril de 1998;

30.10. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste Projeto Básico;

30.11. Fornecer e prestar os serviços de Nutrição Parenteral Total - NPT - Manipulada em conformidade com as normas técnicas exigidas pela ANVISA, antiga Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde, nos moldes da Portaria 272, de 8 de abril de 1998;

30.12. Preparar, conservar, transportar, realizar controle clínico e laboratorial e avaliação final, assegurando condições para obter os benefícios máximos do procedimento e evitar riscos aos pacientes;

30.13. Cumprir com os prazos de entrega determinados neste Projeto Básico;

30.14. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, nos termos da legislação vigente;

30.15. Submeter-se à fiscalização da SES/DF, por meio do setor competente, que acompanhará a entrega dos materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

30.16. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

30.17. Fornecer relatórios científicos quanto à composição físico-química das prescrições, dados técnicos e comparativos aos recomendados pelos órgãos/entidades nacionais e internacionais;

30.18. Arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso a NPT ofertada apresente suspeita de irregularidade. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para inutilização nos termos legais e a contratada sofrerá as penalidades previstas nas leis de licitações;

30.19. Em nenhuma hipótese a contratada poderá deixar de fornecer na íntegra todos os componentes especificados na prescrição;

30.20. Prestar assessoria técnica e científica aos profissionais de saúde da área das unidades contratantes, sempre que se fizer necessário;

30.21. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

30.22. A contratada deverá emitir nota fiscal discriminando os pacientes e os itens do termo de referência que foram utilizados para justificar o valor a ser faturado;

30.23. **Obs: Nos processos de pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas da documentação da SES/DF que discrimine, entre outros aspectos, nome dos pacientes e as respectivas quantidades/tipo de alimentação/dieta parenteral consumidas no período, de forma a justificar o valor a ser faturado e cobrado (em atendimento à Decisão TCDF nº 74/2018, em 23/01/2018);**

30.24. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações ora assumidas;

30.25. Garantir que os funcionários e técnicos prestadores de serviços da empresa Contratada usarão identificação, devidamente reconhecida pela SES/DF;

30.26. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Contrato, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião das visitas de apoio técnico, caso necessário;

30.27. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Projeto Básico. O descumprimento destes sem justificativa aceita pela Contratante, acarretará em aplicação de multa sobre o valor total do Contrato, de acordo com os percentuais estabelecidos no edital, com base na legislação vigente;

30.28. A Contratada deverá indicar preposto aceito pela Contratante, para representá-la na execução do contrato. Os serviços serão executados sob a responsabilidade e comando exclusivo da Contratada, cabendo fiscalização à Contratante. As comunicações necessárias serão feitas por intermédio dos executores do contrato.

### 31. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

31.1. O representante da SES/DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;

31.2. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA;

31.3. A existência de fiscalização da SES/DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados;

31.4. A SES/DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;

31.5. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do serviço, que estejam em desacordo com o preestabelecido;

31.6. A SES/DF se reserva o direito, a qualquer momento durante a vigência do contrato, de aferir a solução contratada, realizando testes, auditorias por meio de ferramentas e recursos próprios ou empresas contratada para este fim;

31.7. Para facilitar a gestão do Contrato e o relacionamento entre as partes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para a SES/DF, no mínimo 1 (um) Gerente de Relacionamento (Preposto), em tempo integral;

31.8. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela CONTRATADA, a SES/DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor do Contrato;

31.9. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES/DF pode-se destacar:

31.9.1. Acompanhamento da execução;

31.9.2. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços;

31.9.3. Proposição de modificação na sistemática de prestação de serviços e nos processos de trabalho;

31.9.4. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES/DF.

### 31.10. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

31.10.1. A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

#### 31.10.2. GESTOR/EXECUTOR DO CONTRATO NÍVEL CENTRAL

31.10.2.1. Entidade: Contratante, indicado pelo SES/DF;

31.10.2.2. Responsabilidade:

a) Verificar a eficiência: utilização de recursos de materiais e equipamentos alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;

b) Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários);

c) Atestar a segurança: segurança na prestação do Serviço.

31.10.2.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

#### 31.10.3. GESTOR/EXECUTOR DO CONTRATO NÍVEL REGIONAL/LOCAL

31.10.3.1. Entidade: Contratante, indicado pelo SES/DF;

31.10.3.2. Responsabilidade:

a) Verificar a eficiência a nível local/ regional : utilização de recursos de materiais e equipamentos alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;

b) Constatar a eficácia a nível local/ regional: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários);

c) Atestar a segurança a nível local/ regional: segurança na prestação do Serviço;

31.10.3.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

#### 31.10.4. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

31.10.4.1. Entidade: CONTRATADA

31.10.4.2. Responsabilidade:

a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;

b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;

c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f) Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

### 32. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências, a qualquer momento do contrato, a fim de garantir que a licitante vencedora, e contratada, esteja em condições de fornecer os serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

### 33. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

33.1. As empresas participantes do certame deverão observar as seguintes diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178, de outubro de 2017:

- 33.1.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 33.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 33.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 33.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 33.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- 33.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 33.1.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- 33.1.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

33.2. Os Bens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo, também, com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, no que couber.

### 34. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

34.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos;

34.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos;

34.3. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, APÊNDICE VI – Termo de Confidencialidade de Informações;

34.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sites da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas;

34.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF;

34.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE;

34.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto;

34.8. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis;

34.9. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE;

34.10. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações;

34.11. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios;

34.12. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

### 35. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831, de 19 de setembro de 2014, assim como eventuais atualizações, que regulamentam a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.



36. **DA SUBMISSÃO A CONSULTA OU AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Com o entendimento do anexo III Diretrizes para Elaboração dos Estudos Preliminares - item: 3.5.B, da IN MPOG 05/2018, informamos que o Projeto Básico, a critério da área Requisitante do Serviço, **PODERÁ** ser disponibilizado em consulta ou audiência pública, a fim de avaliar a completude e a coerência da especificação dos requisitos, a adequação e a exequibilidade dos critérios de aceitação, não sendo optada pela Área Requisitante do Serviço.

37. **APÊNDICES**

APÊNDICE I - CONSUMO ESTIMADO DOS TIPOS DE BOLSA POR HOSPITAL

APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA

APÊNDICE III - AS BOLSAS DE NUTRIÇÃO PARENTERAL TOTAL MANIPULADA PODEM CONTER AS SEGUINTE SUBSTÂNCIAS

APÊNDICE IV - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

APÊNDICE V - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

APÊNDICE VI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

O presente Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento descrita a seguir:

**Samuel Alves dos Santos** - Matrícula: 1.694.847-5 - CEIC/SUAG/SES - **Integrante Administrativo Substituto**

**Ana Carolina Lando Fagundes** - Matrícula: 1.436.394-1 - GAFAE/DIASF/CATES/SAIS/SES - **Integrante Técnico**

**Júlia Moreira de Souza Dantas** - Matrícula: 1.664.102-7 - GAFAE/DIASF/CATES/SAIS/SES - **Integrante Técnico**

**Dayane Leite Serpa** - Matrícula: 1693096-7 - SES/SAIS/CATES/DIASF - **Integrante Técnico**

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência:**

Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação  
**CEIC/SUAG/SES.**

**Responsável da área técnica:**

Gerência de Assistência Farmacêutica Especializada  
**GAFAE/DIASF/CATES/SAIS/SES**

**Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Termo de Referência:**

Aprovo o presente Termo em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde  
**SAIS/SES**

**APÊNDICE I****CONSUMO ESTIMADO DOS TIPOS DE BOLSA POR HOSPITAL**

HOSPITAL	TIPO DE BOLSA		VOLUME (ML)
HRBZ	1	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	70.779
	2	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>sem emulsão lipídica</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	1.094
	3	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	25.587
	4	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com</b>	77.646

		<b>emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	
5		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, sem emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	555
6		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	10.355
7		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	895
8		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	1.099
9		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	993
10		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	2.137
11		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	90.958
12		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	45.479
13		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750
14		Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750
<b>HRC</b>	15	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	367.906
	16	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>sem emulsão lipídica</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	1.312
	17	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	512.411
	18	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	7.836
	19	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, sem emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	666

	20	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	26.716
	21	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	73.941
	22	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	25.529
	23	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	4.257
	24	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	2.563
	25	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	363.832
	26	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	181.915
	27	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750
HRSAM	28	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750
	29	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	317.563
	30	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, sem emulsão lipídica</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	2.760
	31	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	111.169
	32	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	66.668
	33	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, sem emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	3.260
	34	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	7.486
	35	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes	895

	variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.		
36	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	1.099	
37	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	993	
38	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	2.137	
39	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	90.958	
40	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	44.854	
41	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750	
42	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750	
HRGU	43	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	258
	44	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>sem emulsão lipídica</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	875
	45	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos sem glutamina, <b>com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	1.530
	46	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	540
	47	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, sem emulsão lipídica 10 a 20%</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	444
	48	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 3000 mL.	822
	49	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	716
	50	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500 mL.	879

51	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	795
52	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina</b> , com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	1710
53	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	90.958
54	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas até 500mL.	44.854
55	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750
56	Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos <b>com glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9)</b> e podendo conter outros componentes – anexo I; concentrações e volumes variados conforme prescrição médica, forma farmacêutica preparação injetável especialmente manipulada. Bolsas entre 500 a 2000 mL.	750

**Observação:** Nos casos em que houver divergência entre a especificação constante no Projeto Básico e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Projeto Básico;

## APÊNDICE II

### MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO					
Razão Social:					
Endereço:			UF:	CEP:	
Telefone:					
Email:					
Item/Grupo	Descrição Completa	Quantidade/Meses	Preços Unitários	Preços Mensais	Preços Globais
CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL					
RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS					
Material	Quantidade		Especificação		

## APÊNDICE - III

## AS BOLSAS DE NUTRIÇÃO PARENTERAL TOTAL MANIPULADA PODEM CONTER AS SEGUINTE SUBSTÂNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	SUBSTÂNCIAS/COMPONENTES	
Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos com ou sem glutamina, com ou sem emulsão lipídica 10 a 20% e podendo conter outros componentes.	Solução de Aminoácidos sem glutamina	10% - adulto
		7-10% - Nefropata
		8% - Hepatopata
	Solução de Glicose	5%
		10%
		50%
	Solução de Oligoelementos (zinco, cobre, manganês e cromo)	Adulto
	Eletrólitos	Cloreto de potássio 10%
		Cloreto de sódio 20%
		Fosfato de potássio 2 mEq/mL
		Sulfato de magnésio 50%
	Emulsão Lipídica injetável	10 a 20%
	Gluconato de cálcio solução injetável 100mg/mL	
	Fosfato de sódio solução concentrada injetável intravenosa	
	Solução injetável de polivitamínico ou multivitamínico sem minerais contendo no mínimo as seguintes vitaminas: A, D3, E, C, B1, B2, B6, B12, B9, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA e PP.	
	Água destilada	
ESPECIFICAÇÃO	SUBSTÂNCIAS/COMPONENTES	
Nutrição parenteral manipulada para uso <b>adulto</b> , contendo solução de aminoácidos com ou sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9) e podendo conter outros componentes.	Solução de Aminoácidos sem glutamina	10% - adulto
		7-10% - Nefropata
		8% - Hepatopata
	Solução de Glicose	5%
		10%
		50%
	Solução de Oligoelementos (zinco, cobre, manganês e cromo)	Adulto
	Eletrólitos	Cloreto de potássio 10%
		Cloreto de sódio 20%
		Fosfato de potássio 2 mEq/mL
		Sulfato de magnésio 50%
	Gluconato de cálcio solução injetável 100mg/mL	
	Fosfato de sódio solução concentrada injetável intravenosa	
	Solução injetável de polivitamínico ou multivitamínico sem minerais contendo no mínimo as seguintes vitaminas: A, D3, E, C, B1, B2, B6, B12, B9, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA e PP.	
	Água destilada	

ESPECIFICAÇÃO	SUBSTÂNCIAS/COMPONENTES	
Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos com ou sem glutamina, com emulsão lipídica complexa (contendo ômega 3, 6 e 9) e podendo conter outros componentes.	Solução de Aminoácidos sem glutamina	10% - pediátrico
		7-10% - Nefropata
		8% - Hepatopata
	Solução de Aminoácidos sem glutamina	5%
		10%
		50%
	Solução de Oligoelementos (zinco, cobre, manganês e cromo)	pediátrico
	Eletrólitos	Cloreto de potássio 10%
		Cloreto de sódio 20%
		Fosfato de potássio 2 mEq/mL
		Sulfato de magnésio 50%
	Emulsão Lipídica injetável	10 a 20%
	Gluconato de cálcio solução injetável 100mg/mL	
	Fosfato de sódio solução concentrada injetável intravenosa	
	Solução injetável de polivitamínico ou multivitamínico sem minerais contendo no mínimo as seguintes vitaminas: A, D3, E, C, B1, B2, B6, B12, B9, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA e PP.	
	Água destilada	
ESPECIFICAÇÃO	SUBSTÂNCIAS/COMPONENTES	
Nutrição parenteral manipulada para uso <b>neonatal</b> , contendo solução de aminoácidos com ou sem glutamina, com ou sem emulsão lipídica e podendo conter outros componentes.	Solução de Aminoácidos sem glutamina	10% - pediátrico
		7-10% - Nefropata
		8% - Hepatopata
	Solução de Glicose	5%
		10%
		50%
	Solução de Oligoelementos (zinco, cobre, manganês e cromo)	pediátrico
	Eletrólitos	Cloreto de potássio 10%
		Cloreto de sódio 20%
		Fosfato de potássio 2 mEq/mL
		Sulfato de magnésio 50%
	Emulsão Lipídica injetável	10 a 20%
	Gluconato de cálcio solução injetável 100mg/mL	
	Fosfato de sódio solução concentrada injetável intravenosa	
	Solução injetável de polivitamínico ou multivitamínico sem minerais contendo no mínimo as seguintes vitaminas: A, D3, E, C, B1, B2, B6, B12, B9, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA e PP.	
	Água destilada	
ESPECIFICAÇÃO	SUBSTÂNCIAS/COMPONENTES	
Nutrição parenteral manipulada para uso <b>pediátrico</b> , contendo solução de aminoácidos com ou sem glutamina,	Solução de Aminoácidos sem glutamina	10% - pediátrico
		6,7% - Nefropata

com ou sem emulsão lipídica e podendo conter outros componentes.		8% - Hepatopata
	Solução de Glicose	5%
		10%
		50%
	Solução de Oligoelementos (zinco, cobre, manganês e cromo)	pediátrico
	Eletrólitos	Cloreto de potássio 10%
		Cloreto de sódio 20%
		Fosfato de potássio 2 mEq/mL
		Sulfato de magnésio 50%
	Emulsão Lipídica injetável	10 a 20%
	Gliconato de cálcio solução injetável 100mg/mL	
	Fosfato de sódio solução concentrada injetável intravenosa	
	Solução injetável de polivitamínico ou multivitamínico sem minerais contendo no mínimo as seguintes vitaminas: A, D3, E, C, B1, B2, B6, B12, B9, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA e PP.	
	Água destilada	

#### APÊNDICE - IV

##### DECLARAÇÃO – VISTORIA

Atesto para os devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a vistoria das instalações e do local onde os serviços serão prestados.

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Nome do Representante: \_\_\_\_\_

RG do Representante n.º: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail (se houver): \_\_\_\_\_

Local vistoriado: \_\_\_\_\_

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 201\_.

Responsável pelo Termo de Vistoria

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### APÊNDICE - V

##### DECLARAÇÃO - DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA



REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE VI

## TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_ para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento das **PARTES**, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelas

**CONSIDERANDO** que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outra, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS** e **PARTES**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

**Parágrafo Primeiro:** As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo:** A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas a esta, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévias e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Terceiro:** A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que no uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto:** A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento informada pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE**

**Parágrafo Único:** As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram as notificações sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar necessárias.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

**Parágrafo Primeiro:** A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo segundo:** A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**.

**Parágrafo Terceiro:** A **CONTRATADA** se compromete a identificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** que lhe forem fornecidas.

**Parágrafo Quarto:** A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação das **INFORMAÇÕES** pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quinto:** Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo Sexto:** O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, de reprodução ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CC**

**Parágrafo Sétimo:** A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam s do presente instrumento.

**Parágrafo Oitavo:** A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo a reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES**

**Parágrafo Único:** Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou se
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for n comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previst

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

**Parágrafo Único:** O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término d

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

**Parágrafo Único:** A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas c tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, a sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo adminis cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Parágrafo Primeiro:** Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplici entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

**Parágrafo Terceiro:** Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-s divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto:** O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições c à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

**Parágrafo Quinto:** A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou ren qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

**Parágrafo Único:** Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do pres mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual tec

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

---

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

---

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

---

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>



Documento assinado eletronicamente por **JULIA MOREIRA DE SOUZA DANTAS - Matr.1664102-7, Gerente de Assistência Farmacêutica Especializada**, em 13/11/2020, às 17:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA LANDO FAGUNDES - Matr.1694864-5, Farmacêutico(a) Bioquímico(a) - Farmácia**, em 16/11/2020, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL ALVES DOS SANTOS - Matr.1694847-5, Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 17/11/2020, às 10:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAYANE LEITE SERPA - Matr.1693096-7, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 17/11/2020, às 17:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ARILENE DE SOUZA LUIS - Matr.1671682-5, Coordenador(a) de Atenção Especializada à Saúde**, em 17/11/2020, às 18:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE GARCIA BARBOSA - Matr.0139106-2, Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 23/11/2020, às 20:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **49762820** código CRC= **5FA8DCD2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Sector de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF